

004ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 24JUN2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Passamos à

PAUTA

A Ver. Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Boa tarde, senhores e senhoras, Vereadores e Vereadoras, discutindo agora, pela primeira vez, a proposta que o Prefeito Municipal traz a esta Casa de isenção de ISSQN para as empresas de ônibus, temos algumas reflexões a fazer.

Eu quero cumprimentar a população, os moradores da Tronco que estão chegando, que hoje, com certeza, vão ter uma grande vitória pela sua luta – mais uma – árdua, pela dignidade de morar e a sua prioridade em relação às obras e à Copa.

Eu quero ponderar que mais um incentivo, mais uma redução de custos para as empresas de ônibus, sejam elas privadas ou a Carris, encontra um contexto de questionamento da composição da tarifa. Significa o quê? O Tribunal de Contas aponta que a tarifa está mais alta do que deveria e aponta uma série de itens em relação a isso, seja o valor dos pneus, da recapagem, do óleo diesel, do próprio custo dos ônibus; em todos esses itens, o Tribunal de Contas já encontrou valor a mais, comparando com os mesmos itens praticados na Região Metropolitana. Mais: o Tribunal de Contas, num estudo longo que está aprofundando, também indicou que há um descontrole e que se acredita em dados que a ATP fornece no que diz respeito ao cumprimento de horários, ao cumprimento das tabelas, à garantia da qualidade dos ônibus, algo que vem decaindo nos últimos anos. Mais: o Tribunal de Contas aponta, e apontou severamente, que o lucro – que é chamado na composição da tarifa de restituição de capital investido; lucro, portanto, do empresário – é muito alto em relação à legislação. A legislação de Porto Alegre fala em 6% de retorno de capital, portanto de lucro das empresas, e há empresas, segundo o mesmo estudo do Tribunal de Contas, que recebem até 19% de lucro, empresas que compõem os consórcios que atuam em Porto Alegre. Portanto, quando o Prefeito

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Sessão Extraordinária 24JUN2013

Municipal, depois de todos esses indicadores, em que o Tribunal de Contas chega a dizer que a passagem, tendo em vista isso... E nem falei da frota reserva, que é praticada a mais do que permite a lei, mais do que 10% de ônibus reservas compõem a tarifa, mas foi apontado que havia 60 ônibus a mais do que os 10%. Por tudo isso, o Tribunal de Contas disse que a passagem poderia ser – com a desoneração que a Dilma já havia dado no ano passado e que passou valer em janeiro deste ano – R\$ 2,60. Muito bem, o Governo Municipal só vai parar de brigar e manter R\$ 3,05 por conta da Justiça e do movimento nas ruas, do grande movimento nas ruas que, em Porto Alegre, vem do início do ano. E, agora, o Prefeito, sinalizando que vai baixar R\$ 0,05 do valor da passagem, manda uma desoneração da folha, uma desoneração de impostos. Para a população que está nos assistindo poder entender: ele retira o imposto municipal, que é o ISSQN, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. Isso dá um valor importante para as empresas, porque elas deixam de pagar. Só que uma anistia dessas sem saber se esses R\$ 0,05, de fato, correspondem a isso, se não é só para aumentar e recompor o lucro da empresa, é muito temerário esta Câmara dar. Dar anistia fiscal, reduzir impostos, sem garantir qualidade, sem ter controle das tabelas, sem ter, de fato, linhas adequadas para a população, e não a população ficar esperando, morrendo nas filas, e, quando o ônibus vem, ele vem lotado, não pega, não é possível, Ver. Nedel. Eu sei que o senhor se espanta, mas simplesmente uma única medida – reduzir impostos e aumentar lucro de empresa – não dá! Ou trocamos isso por qualidade ou não há condições de esta Casa atuar. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. JOÃO DERLY: Sr. Presidente, gostaria de comunicar que – conforme acordo, hoje, na reunião de Mesa e Lideranças –, por causa das manifestações, e o adiamento do período de Comunicações de hoje, a homenagem à Kinder, de minha autoria, será marcada o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado pelo entendimento, Ver. João Derly.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste pela TV Câmara e nas galerias, eu acho que o Prefeito de Porto Alegre, José

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Sessão Extraordinária 24JUN2013

Fortunati – tenho dito isso ao próprio, disse aos meus Pares aqui na Casa –, no meu entendimento, se precipitou dando esse reajuste, sem antes trazermos todos os agentes para discutir esta questão do transporte coletivo. Eu acho que não é somente a Prefeitura dando uma isenção de 5% que nós vamos resolver a questão de fundo do transporte coletivo! O Governo Federal tem um imposto que se chama CIDE, que é um imposto que incide sobre o petróleo, sobre todos os produtos, como o transporte coletivo, a gasolina, são todos os produtos derivados do petróleo! Esse imposto tem que ser destinado aos Municípios. Esse imposto tem que vir para cada cidade brasileira para custear o transporte coletivo.

Nós temos que ver o custo do chassi de um ônibus, o pneu de um ônibus, as isenções têm de vir de um todo. Não adianta só ficarmos tirando dinheiro da Saúde! Não adianta só ficarmos tirando dinheiro da Educação para dar para os tubarões do transporte coletivo! Nós temos que ver também o lucro das empresas. Nós temos que ver também é o cálculo da passagem de ônibus. Não adianta ficarmos reduzindo e reduzindo impostos e dando sempre para os mesmos.

No mundo inteiro o transporte coletivo é 33% financiado pelo Governo, 33% absorvido pelos empresários e 33% custeado pela população. Não pode querer que a empregada doméstica, que o trabalhador da construção civil, que o trabalhador do comércio, que o trabalhador que sai de manhã de sua casa pague uma isenção sem critério nenhum, que ele pague uma isenção que não é para quem estuda em escola pública, pague uma isenção que não é vinculada à renda da família, pague uma isenção que não é vinculada às pessoas que vão procurar seu emprego, pague uma isenção que não é clara e que não é transparente, pague uma isenção que não é para beneficiar o povo, que não é explícita para os bens que vêm.

Eu acho que isso tudo esta Câmara de Vereadores tem que discutir, o Congresso Nacional e a Assembleia Legislativa têm que discutir.

Nós temos que fazer uma nova discussão nacional sobre o transporte coletivo. Não é só o valor do transporte coletivo, é a qualidade do transporte coletivo; não é só o valor do transporte coletivo, é o tipo de transporte. Hoje em dia a população não quer mais só andar de ônibus, nós queremos os outros transportes. Nós queremos metrô, nós queremos aeromóvel, nós queremos andar de transporte fluvial, nós queremos usar os nossos rios, nós queremos usar toda a acessibilidade possível de transporte.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Sessão Extraordinária 24JUN2013

Nós não podemos mais, Delegado Cleiton, levar duas horas de ônibus da Restinga até o Centro de Porto Alegre. Nós temos que ter as barcas nos trazendo do Extremo-Sul até o Centro de Porto Alegre. Nós não podemos mais, Ver.^a Fernanda, vir do Norte de Porto Alegre num ônibus que leva duas horas e meia para chegar no Centro de Porto Alegre. Nós temos que ter opções de transporte. Por isso temos que discutir o transporte no seu todo.

Essa redução é um avanço, mas nós temos que discutir o conjunto da tarifa, esse cálculo tarifário que vem em cima de um preço abusivo! Porque os empresários, quando apresentam o cálculo da tarifa, apresentam em cima de orçamentos e não apresentam em cima de nota fiscal.

Nós temos que ter a compreensão de que não é somente em Porto Alegre que temos que discutir a questão do transporte. A questão do transporte é uma necessidade a ser discutida no Brasil inteiro; a questão do transporte é uma necessidade não só do transporte terrestre, mas é uma necessidade de todas as formas de transporte para os trabalhadores se locomoverem, para os estudantes chegarem aos seus locais e os aposentados poderem aproveitar a sua vida.

E com força e fé, vamos seguir lutando pelos direitos dos trabalhadores, ampliando as suas conquistas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, prezadas comunidades aqui presentes para fazer o debate dos temas que exigem a maior participação da cidadania, esse tema do transporte público já vem exigindo, em toda a Cidade, um olhar diferente do que está constituído há 20 anos. Todos nós sabemos que o transporte tem aumentado o seu preço e diminuído a sua qualidade. Por isso, temos que fazer uma agenda de reversão dessa lógica estabelecida. O Prefeito Municipal mandou esse Projeto, que entra em debate hoje, tirando os impostos do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, que vai diminuir em R\$ 0,05. A nossa Bancada analisou, discutiu e tem dito o seguinte: o Projeto é muito bem-vindo, mas é insuficiente dentro da

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Sessão Extraordinária 24JUN2013

realidade existente. E nós estamos propondo, aqui, um conjunto de temas para serem incorporados a esse debate. O primeiro deles é o seguinte: o Executivo Municipal, o Prefeito tem que puxar para si a responsabilidade da gestão do transporte público. O sistema da bilhetagem eletrônica, que hoje não é coordenado pelo Prefeito, tem que passar a ser, porque o dinheiro de cada trabalhador e cada trabalhadora que compra, antecipadamente, no início do mês, a bilhetagem eletrônica, fica num caixa dos empresários, sem contabilizar a sua lucratividade para poder baixar o preço dos ônibus. Esse é o primeiro item. Então, quem tem que controlar a gestão da bilhetagem eletrônica é o Poder Público Municipal.

O segundo ponto: o Conselho Municipal de Transporte Urbano é um Conselho viciado que não representa os anseios da sociedade. Nós estamos propondo uma outra Emenda para que esse Conselho seja democratizado; que seja tripartite, ou seja, que tenha três partes: uma do Poder Público Municipal, uma das entidades eleitas e, outra, ainda, do cidadão, sendo com eleição direta, para que todo usuário possa votar no representante que vai lá no Conselho para poder analisar o aumento e a qualidade do transporte.

O terceiro ponto é a abertura da planilha dos custos da passagem. A metodologia da planilha dos custos da passagem tem 20 anos, e em 20 anos os preços se modificaram, a tecnologia é outra, a sistemática é outra, portanto, a revisão da planilha de custos com a abertura e reanálise do que ela significa tem que ser feita imediatamente. Esse é o terceiro item.

E tem um quarto ponto de debate: o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul determinou, lá na sua análise, que a base do cálculo para a passagem parte de R\$ 2,60, portanto queremos trazer que qualquer incidência da diminuição dos impostos seja a partir da base que o Tribunal de Contas está determinando, que é R\$ 2,60. Queremos fazer esse debate, analisá-lo, pois não é R\$ 3,05 a base de cálculo; a base de cálculo tem que ser a partir da decisão, que não é minha, não é de nenhum dos senhores e senhoras, mas é do Tribunal de Contas, que está dizendo: R\$ 2,60 é a base de cálculo. Queremos debater isso para verificar se está correto ou não. Estamos sugerindo também esse debate.

Hoje, a Presidenta Dilma chamou todos os Prefeitos e Governadores para construir uma agenda nacional, e o nosso debate tem que estar alinhado com essa construção, para que toda a desoneração dos impostos reflita na qualidade do transporte e na

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Sessão Extraordinária 24JUN2013

diminuição do valor da passagem, e que não seja acolhida simplesmente pelo setor dos empresários de ônibus. Isso tem que vir para qualificar o transporte coletivo da nossa Cidade e de todo o Brasil. Portanto, estamos sugerindo debater esse conjunto de emendas do Projeto trazido pelo Prefeito. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Suplente, Dr. Cristaldo, assumirá no lugar do Ver. Márcio Bins Ely, em função da impossibilidade de o Suplente Ver. Christopher Goulart assumir a Vereança.

Solicito ao Suplente, Dr. Cristaldo, que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que o Suplente Dr. Cristaldo prestará a seguir.

O SR. DR. CRISTALDO: “Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo”. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Declaro empossado o Ver. Dr. Cristaldo. Mais um colega para nossas fileiras da Saúde. V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça no período de 24 a 27 de junho. Seja bem-vindo.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente, Dr. Thiago, ouvi aqui alguns pronunciamento que, realmente, me intrigam, Ver. Guilherme Socias Villela. Vieram aqui para discutir outras coisas e não o Projeto que está em Pauta. O Projeto que está em Pauta – e está muito claro – isenta de ISSQN o transporte público de nossa Cidade. A Prefeitura está abrindo mão de R\$ 15 milhões anuais em favor do transporte coletivo de nossa Cidade. Então, vejam quem serão os beneficiados: os usuários do transporte

coletivo que receberão, como subsídio, R\$ 15 milhões anuais. É a contribuição direta e objetiva da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, mas a Prefeitura não está fazendo só isso; está dando andamento ao Projeto dos BRTs que, provavelmente, também contribuirá com a redução do custo da passagem, porque são linhas mais diretas e mais objetivas, visando também a reduzir o preço da passagem; são ônibus grandes que vão transportar mais passageiros, portanto, reduzindo o custo da passagem.

A Prefeitura também está tratando do Metrô. É um assunto mais demorado? É, de fato, mais demorado, mas estamos tratando disso. É um investimento grande em que a Prefeitura também vai investir recursos. Eu lembro muito claramente, inicialmente, Ver. Pujol, que disseram: “Totalmente a fundo perdido do Governo Federal”; depois, nos chamaram, dizendo: “Não, não é bem assim, nós vamos entrar com R\$ 2 bilhões; o resto é dividido entre o Governo do Estado e a Prefeitura”. Depois, eles nos chamaram, novamente, lá no Governo Federal, e disseram: “Não, não é bem assim, nós vamos entrar com R\$ 1 bilhão; depois, divide entre o Estado e a Prefeitura” – ambos já com dificuldades financeiras de orçamento. O Governo Federal começa a retirar o seu apoio. Pior ainda, eles nos chamaram, pela terceira vez, dizendo: “Não, vamos pagar o nosso R\$ 1 bilhão só no fim da obra”. Ora, senhoras e senhores, quem é que vai construir, quem é que vai investir um recurso de R\$ 2 bilhões ou 3 bilhões, para receber no final? Isso não existe! Então, fica muito claro o esforço do Governo do Município em reduzir as passagens. No entanto, estamos, até agora, aguardando a decisão do Governo Estadual de dar isenção para o diesel, para o transporte público da nossa Cidade, beneficiando também um outro modal, que é o transporte hidroviário que, quem sabe, com a redução ou com a isenção do ICMS sobre o diesel, será viabilizado.

Portanto, senhoras e senhores, estamos discutindo, em Pauta, o Projeto da Prefeitura Municipal que isenta de ISSQN o transporte coletivo da nossa Cidade, em que a Prefeitura vai abrir mão e vai subsidiar R\$ 15 milhões, por ano, para o usuário do transporte coletivo da nossa Cidade. Portanto, este Projeto merece ser aprovado com a máxima celeridade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa-tarde a todos e a todas, eu queria, especialmente, cumprimentar os lutadores e moradores do Morro Santa Teresa; a turma lutadora do Comitê Popular da Copa; os atingidos pela duplicação da Av. Tronco. Eu queria dizer que é muito importante que nós possamos, Rafael, discutir na tarde de hoje, porque, durante muito anos, estive aqui, nesta tribuna, César, discutindo os aumentos abusivos do transporte coletivo da cidade de Porto Alegre e a Prefeitura ignorando os apelos dos movimentos sociais e populares da Bancada do PSOL. Existe, na verdade, uma verdadeira caixa-preta no transporte coletivo. Os aumentos das passagens de ônibus são abusivos em um sistema de transporte que perde qualidade, porque só quem anda de ônibus sabe o calvário que é ficar 50 minutos esperando na fila o ônibus para voltar para casa, para ir ao trabalho, para ir à escola, ou para ir à passeata. Só quem anda de ônibus sabe o que é andar como uma sardinha enlatada nos horários de pico, com a superlotação do transporte coletivo, levando uma hora de trajeto em condições extremamente precárias. Só quem anda de ônibus sabe como esse sistema de transporte aumentou as passagens acima da inflação sem licitações, porque é um sistema de transporte que funciona de maneira ilegal, irregular e se autoconcede aumentos numa estrutura de cartel, em que os empresários, entre eles, negociam as linhas, tratam a concessão pública do transporte coletivo – que é um direito da população de ir e vir – como um interesse privado. Como interesse privado de meia dúzia de empresários que lucram milhões e milhões de reais às custas da nossa população. E esse debate só é possível porque os jovens tomaram conta das ruas do nosso País, começando por Porto Alegre, onde a ação da população, o apoio dos rodoviários, as lutas multitudinárias da juventude deram o exemplo para todo o Brasil.

Então, os jovens saíram às ruas em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Goiânia, em Natal, em Fortaleza; nas Capitais, nas cidades do Interior dizendo que lutavam por um transporte público de qualidade, barato, reivindicando passe livre para desempregados, para estudantes, para população; dizendo que é um absurdo os lucros dos empresários às custas das pessoas, mas, sobretudo, dizendo que não aceitam mais a lógica de governar para os ricos, nos palácios do poder, nos balcões de negócios. E não é à toa que, na semana passada, quando milhões de pessoas estavam nas ruas, a quatro portas, escondidos lá no Congresso Nacional, aprovaram, na Comissão de Direitos Humanos, do

Marcos Feliciano, o Projeto escandaloso, vergonhoso, reacionário, da cura gay. Isso mostra como os Parlamentos estão de costas para os anseios da população. E é por isso que a população diz: “Não me representam”. Porque cansaram das negociatas, dos acordões, de tratar aquilo que é essencial para a população – como saúde e educação – como secundário, enquanto eles enchem os bolsos com o dinheiro da população, como fazem com as obras da Copa, com as empreiteiras, com aqueles que lucram às custas da população. E esse debate é fundamental, porque nós não aceitaremos corte nas áreas sociais. E apresentamos uma Emenda discutindo os padrões, discutindo que não pode ter aumento, discutindo que tem que ter transparência, consulta, audiência pública, porque a população quer mais democracia. Mas se o Fortunati quer tirar dinheiro de algum lugar, que tire das obras da Copa, que não representam a população, que não foram discutidas com o povo de Porto Alegre, que derrubaram árvores. E querem reassentar as famílias de maneira forçada. Mas que não tirem mais de hospitais, que não tirem mais de moradia, que não tirem mais da educação, que parem de massacrar o povo, aqueles que usam o espaço público para defender interesses privados de meia dúzia de empresários. Então, eu desejo à juventude e ao povo, que estão nas ruas, uma boa luta por democracia real. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero dizer que este é o sentimento que colho também em toda a Casa: mobilização, luta pelos direitos e garantias, mas, sem dúvida nenhuma, com toda a clareza, sem violência.

Quero destacar aqui a presença do Presidente da Câmara Municipal de Viamão, Sr. Luís Armando Azambuja. É um prazer tê-lo aqui e uma satisfação podermos comungar interesses legítimos em conjunto com o Município de Viamão.

(14h41min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador Presidente, como estamos entrando para a Ordem do Dia, apenas quero comunicar mais formalmente o que nós construímos na Reunião de Mesa e Lideranças, hoje, em relação ao Morro Santa Teresa, já que alguns moradores

aqui estão. Hoje, estava prevista a votação do Morro, mas a Mesa e Lideranças entenderam que, em função do horário mais curto – que hoje é até às 16h – e também em função de dúvidas expressas lá na Mesa pelo Líder do Governo e por Vereadores da base do Governo e uma reunião que teremos com o Ver. Aírto Ferronato na quinta-feira, e considerando a prioridade dos Líderes em relação ao ISSQN, nós reagendamos coletivamente para quarta-feira que vem. Então, eu queria informar em nome da nossa construção, Presidente, que, dia 3, nós votaremos o Projeto do Morro Santa Teresa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado. Quero informar ao pessoal do Morro Santa Teresa que essa foi uma construção coletiva e certamente sempre com o objetivo de, ao fim e ao cabo, chegar a um resultado positivo e que acabe fazendo avançar a situação, principalmente para vocês.

Tendo em vista um acordo de Lideranças, nós reabrimos o período de discussão do PLCE nº 003/13, que institui Áreas Especiais de Interesse Social, na categoria de AEIS III e define regime urbanístico, que visa atender à Demanda Habitacional Prioritária (DHP), para atendimento aos reassentamentos vinculados às obras da Copa de 2014, na forma da Lei Complementar nº 434, de 1 de dezembro de 1999.

Apregoo a Emenda nº 06 ao PLCE nº 003/13, construída pelo conjunto das 13 Lideranças desta Casa, num amplo processo de construção coletiva. Eu quero destacar, por dever de justiça, que diversas Bancadas aqui abriram mão das suas Emendas para construir essa Emenda coletiva. A Emenda nº 01, da Bancada do PSOL – do Ver. Pedro Ruas e da Ver.^a Fernanda Melchionna; a Emenda nº 02, do Ver. Delegado Cleiton e de sua Bancada, o PDT; a Emenda nº 03, do Ver. Eng^o Comassetto e da Ver.^a Fernanda Melchionna; a Emenda nº 04, dos seguintes Vereadores: Sofia Cavedon, Pedro Ruas, Fernanda Melchionna, Eng^o Comassetto, Mauro Pinheiro, Alberto Kopittke, Marcelo Sgarbossa e Mario Fraga; a Emenda nº 05, do Ver. Mauro Pinheiro, do Ver. Eng^o Comassetto e da Ver.^a Sofia Cavedon. Então, todos esses Vereadores abdicaram de suas Emendas, num gesto nobre e altivo, em função da aprovação do Projeto. E já quero parabenizar a mobilização da Vila Tronco. Parabéns pela mobilização! (Palmas.) Esses Vereadores abdicaram de suas Emendas em favor de uma Emenda conjunta, coletiva, das 13 Bancadas, ou seja, dos 36 Vereadores.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Sessão Extraordinária 24JUN2013

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Eng^o Comassetto e da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando que sejam retiradas de tramitação as Emendas nº 02, nº 03, nº 04 e nº 05 ao PLCE nº 003/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Informo que a Emenda nº 01 ao PLCE nº 003/13 já havia sido retirada.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 06 ao PLCE nº 003/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 31 votos **SIM.**

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCE nº 003/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 31 votos **SIM.**

Parabéns pela grande conquista. (Palmas.)

(14h52min) Encerrada a Ordem do Dia.

(O Ver. Bernardino Vendruscolo assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Dr. Cristaldo está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

O SR. DR. CRISTALDO: Sr. Presidente, colegas Vereadores, plateia aqui presente, é com muito orgulho que, hoje, entro nesta Casa substituindo o meu colega Márcio Bins Ely, que, por motivo de doença, passou o seu lugar para eu assumir a sua cadeira.

Para quem não me conhece, gente, fui Vereador de Viamão, pelo PDT, durante três mandatos; concorri à Prefeitura de Viamão, conseguindo a segunda colocação numa eleição muito difícil, na qual o PDT saiu do quarto lugar e chegou a segundo lugar com muito trabalho, com muito trabalhismo. Eu sou médico – trabalho no Hospital da PUC – e político.

Quero agradecer a todas as pessoas que votaram em mim e as que estão aqui presentes, à comunidade que eu represento. Venho para esta Casa representar a Saúde e a Educação. Hoje, estamos vendo que existe uma mudança muito grande na política do Brasil com esses movimentos estudantis, com esses movimentos que estão acontecendo em nosso Estado e no País.

Outro dia, eu saí de casa para levar a minha filha de 13 anos à escola, e ela me pediu: “Pai, eu quero fazer parte desse movimento!” Aí, eu perguntei a ela: Por que tu queres

fazer parte do movimento se tu não pegas ônibus? Aí, gente, eu me surpreendi, quando uma menina de 13 anos me disse: “Não, pai; a passagem é o início. A passagem é o início da mudança das coisas que têm que acontecer no Brasil, porque nós não estamos satisfeitos com o que estão fazendo com a nossa geração, não estamos satisfeitos com todas as coisas que estão acontecendo no nosso País e no nosso Estado”. Então, gente, eu penso que é o momento de nós, políticos, começarmos a olhar para trás e, ao mesmo tempo, olharmos para frente e vermos que vamos ter uma mudança muito grande, em termos políticos, para podermos pensar em melhorar as coisas para essa nova geração que vem vindo. Uma geração que não faz parte mais daquela geração que escutava as coisas de ouvido em ouvido. É uma geração que não trabalha mais com panfleto, que trabalha com computador, com Facebook, que com 13, 14 anos já sabe o que está acontecendo no País e no mundo! Olha, gente, está na hora de mudarmos, de nós, políticos, sermos mais humildes, está na hora de nós pensarmos e melhorarmos as coisas neste País. Estão falando... Estive vendo, acompanho muito a política, ouvi falar que provavelmente na próxima eleição poderá se candidatar candidato sem Partido. Ora, gente, isso para nós, políticos, é bom e não é ao mesmo tempo não é, porque nós representamos os Partidos. Nós temos que fortalecer nosso Partido, temos de mostrar a essas pessoas que fazem o que estão fazendo, que os Partidos não são essas coisas que estão falando. O nosso Partido, o PDT, é um partido trabalhista; o nosso Partido, o PDT, é um partido que foi representado por Leonel Brizola. Não tem isso que se possa falar de Leonel Brizola, gente! Então, gente, peço que todos nós nesta Casa olhemos a política, para ver porque esse pessoal não está satisfeito com a política e para fazermos uma política melhor para nós, para os nossos filhos, para os nossos netos e para a comunidade do nosso Município. Agradeço a todos aqui presentes. Agradeço a todos que votaram em mim. Não posso deixar também de agradecer à minha mãe, que faleceu no ano passado em uma intervenção cirúrgica. Com certeza, ela estaria muito orgulhosa de estar me vendo aqui neste Plenário falando para vocês; falo para as minhas filhas e para as pessoas que estão aqui presentes.

Muito obrigado, gente, pensem no que falei e vamos embora, vamos fazer uma política mais séria, vamos fazer com que essas pessoas que estão na rua sintam satisfação e orgulho de nós, políticos, principalmente do nosso PDT. Um abraço a todos. Muito obrigado, e até a volta.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Obrigado, Ver. Dr. Cristaldo, que faz seu primeiro discurso da tribuna. Seja bem-vindo a esta Casa.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; senhoras e senhores; as comunidades que estão aqui hoje – do Morro Santa Tereza, da Grande Cruzeiro, da Glória – lutam por uma agenda que é a da reforma urbana. Venho aqui trazer essa discussão porque, quando discutimos o tema do transporte público, quando discutimos o tema do saneamento básico, o tema da habitação, temos que aprofundar o assunto. Esta Casa tem a obrigação de fazer a discussão da reforma urbana porque, na nossa cidade de Porto Alegre, possuímos ainda 750 vilas irregulares. Essas comunidades estão excluídas do direito da urbanidade porque, se elas estão irregulares, não estão no mapa, não estando no mapa, os recursos públicos não chegam lá, e aí, ao pretexto da democracia participativa, vão todos para o Orçamento Participativo, que é necessário. Mas vejam bem, a cada ano é decidido no Orçamento Participativo iniciar a regularização fundiária em uma ou duas comunidades de cada região de planejamento. E, se temos oito regiões de planejamento, são, no máximo, 16 comunidades por ano que se inicia. Se nós temos 750 comunidades, quanto tempo levaria para fazer isso? Vai levar 40 anos para fazer a regularização fundiária nessa lógica. Portanto, esse é um tema que não podemos mais esperar, até porque hoje nós temos recursos públicos, que têm que chegar em quem precisa, e o tema é a reforma urbana.

No Centro da Cidade, temos um conjunto de prédios, esqueletos, que estão vazios. Nós precisamos que eles sejam utilizados, ocupados pela moradia dos trabalhadores. Por que fazer o Minha Casa, Minha Vida para além da Restinga se nós podemos fazer com que as moradias habitacionais sejam construídas na reestruturação desses prédios no Centro da Cidade, assim como foi feito ali no Viaduto Otávio Rocha, como foi feito no Hotel Umbu, no início da Av. Farrapos? Ali temos mais de 100 trabalhadores morando próximo do seu local de trabalho, não precisando pegar ônibus, tendo todos os recursos públicos à disposição porque ali já tem infraestrutura urbana.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Sessão Extraordinária 24JUN2013

Eu venho aqui trazer este debate aos meus colegas Vereadores e Vereadoras, porque toda a semana nós, da Comissão de Transporte, Urbanismo e Habitação, recebemos comunidades que estão sendo despejadas, como é o caso, neste momento, da comunidade São Luiz, lá do final da Baltazar – são 300 famílias que estão sendo despejadas de uma área de 12 hectares, que foi grilada. E o Município deveria declarar aquela área como Área Especial de Interesse Social, e nós canalizarmos os recursos públicos federais que existem para construir habitação de interesse social.

Portanto, meus amigos e minhas amigas, eu venho aqui, em nome da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores, dizer que o que foi votado hoje aqui, envolvendo a Cruzeiro e a Tronco, é bem-vindo, é necessário, mas é insuficiente para a cidade de Porto Alegre para enfrentar o problema da regularização fundiária e o problema habitacional. Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, venho aqui dizer: reforma urbana já! Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Casa, no dia de hoje, deu um grande exemplo de maturidade política quando debateu, até asperamente em determinados momentos, na reunião de Lideranças, e acabou acordando para que, de uma maneira objetiva, pudesse ser votado o que havia sido consensuado entre as Lideranças de oposição e do Governo, relativamente ao Projeto que nós acabamos de, por unanimidade, votar. Isso tudo ocorre num dia em que nós somos solicitados a reduzir o nosso expediente, precavendo situações que se pretendem evitar, envolvendo esta Casa, que é uma casa de ressonância popular.

Se venho à tribuna, Sr. Presidente, é porque, como todos os gaúchos, eu estou estarecido com as declarações do Chefe do Executivo Estadual, o Governador Tarso Genro, Comandante-Geral, Comandante Supremo da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, que declarou, hoje pela manhã, ter conhecimento de que esse movimento popular, que se espalha pela cidade de Porto Alegre e que vai a vários outros quadrantes do País, tenha atrás de si a estimulá-lo e a intensificá-lo pessoas contratadas – por quem

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Sessão Extraordinária 24JUN2013

ele não soube identificar –, mas que, não raro, são contraventores, pessoas condenadas pela polícia, pela Justiça, que se encontram soltos na Cidade e que, evidentemente, se infiltram nesse movimento e acabam contaminando e comprometendo a sua própria existência, à medida que formam o batalhão de vândalos que tem incendiado ônibus, quebrado vitrines, depredado estabelecimentos comerciais de toda ordem, inclusive, repartições públicas.

Eu quero, Sr. Presidente, com a responsabilidade de ser o Líder do Democratas nesta Casa, seu único representante, dizer alto e bom som o seguinte: se o Governador do Estado tem esse tipo de informação, deve ele, de imediato, usá-las no sentido de orientar seus subordinados da Brigada Militar do Rio Grande do Sul para que coíbam a intervenção desses vândalos. Não mais tolere essa intervenção. Pouco nos importando, para nós Democratas, se eles representam a direita, a esquerda, ou o que eles representam. Para nós, são bagunceiros, independente do matiz ideológica. Temos dito isso desde o começo, e agora, acentuamos com mais vigor diante dessa colocação, a nosso juízo, estapafúrdia do Chefe do Poder Executivo do Estado, que vê nesse movimento outras coisas que nós não estamos vendo. Nós acreditamos que os movimentos populares que têm se manifestado possam, aqui ou acolá, ter alguma característica que não seja exatamente aquela que nós advogaríamos, mas isso de maneira nenhuma pode autorizar que se diga que os mesmos são inocentes úteis, vítimas de mercenários, pagos por quem não sei, homens da direita que estão a comprometer a imagem dos manifestos que têm ocorrido na cidade de Porto Alegre. É uma afirmação muito grave do Governador do Estado, que merece a nossa manifestação no sentido de cobrar dele, comandante das forças públicas do Rio Grande do Sul, da nossa gloriosa Brigada Militar, que mude a orientação e que determine à Brigada que ela faça aquilo que há mais tempo deveria estar fazendo: retire da circulação esses vândalos que, sendo de direita, de esquerda, do raio de qualquer razão que seja, não podem de forma nenhuma estar se valendo do que está ocorrendo em nossas ruas para promover a desordem, para incendiar residências, casas comerciais, criando prejuízo de toda ordem.

Nós, hoje, mais do que nunca, reafirmamos o nosso compromisso com a democracia e com a ordem. Nós, do Democratas, não queremos formar em nenhuma posição que seja a favor de qualquer tipo de golpe. Nós queremos a serenidade deste País. Queremos, inclusive, de coração... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra uma Comunicação de Líder.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que nos assistem, democracia, já diziam os gregos, é o regime das maiorias, e não há nenhum regime melhor do que o regime democrático, e as massas estão indo às ruas exatamente em nome dessa democracia, que está muito nos Parlamentos e que deve ser cada vez mais participativa com a pressão do povo.

Eu quero hoje, em nome dessa democracia que representa as maiorias, agradecer aos meus Pares desta Câmara que, por grande maioria, aprovaram uma Moção de Repúdio à PEC 37. Esta Câmara foi a única no Brasil que aprovou uma Moção de Repúdio à PEC 37, que o povo ainda não sabia exatamente o que significava, mas, hoje, com as manifestações populares de massa em todo o Brasil, indubitavelmente todo o povo brasileiro já sabe o que representa a PEC 37. (Mostra cartaz.) E repito: a única Câmara a se manifestar democraticamente no Brasil foi a Câmara Municipal de Porto Alegre, aprovando um repúdio à PEC 37. A capa do jornal Zero Hora de hoje traz a fotografia de uma manifestação gigantesca que ocorreu, ontem, no Rio de Janeiro, contrária a PEC 37, chamada a PEC da impunidade, Brasil contra a corrupção. E, hoje – hoje –, muitos porto-alegrenses ainda não sabem que, daqui a um pouco, na manifestação popular de Porto Alegre, a principal a pauta será contra a PEC 37. O povo de Porto Alegre não está sabendo, mas é realmente hoje a manifestação contra a PEC 37. Por que ela é chamada PEC da impunidade? PEC quer dizer Proposta de Emenda Constitucional, e esta Emenda levou o número 37, ela quer retirar do Ministério Público a sua grande força de instalar e conduzir os inquéritos, principalmente os inquéritos criminais. Desde a Constituição de 88 que isso vem se realizando e agora quer se tirar. Por quê? Porque, com o todo o respeito aos delegados federais e estaduais, que exercem com grande competência o seu mister, a sua atribuição, eles são funcionários do Estado.

Lá em Santa Maria, por exemplo, se o Governador quisesse interferir e ligar para os delegados interferirem, ele poderia, porque os delegados estão submissos ao Governador, são funcionários do Estado, e contrário é o Ministério Público, porque os

promotores não são funcionários do Poder Executivo, formam um Poder nominado e independente. Está lá o Promotor Mauro, que levou adiante aquela grande locupletação do leite, que, inclusive, atingia as crianças do Rio Grande do Sul, empresas que estavam ganhando dinheiro com a saúde das crianças e principalmente do Estado do Rio Grande do Sul. O Mauro Rockenbach foi lá, de família tradicional, filhos de um grande amigo, que trabalhou muitos anos nesta Câmara, o Ênio Rockenbach, grande figura porto-alegrense. O Mauro, promotor independente, foi lá e rebentou com aquela máfia do leite. Então, está aí a prova da independência absoluta do Ministério Público. O crescimento dessa pauta nas massas... E hoje Porto Alegre vai exercer esta pauta na sua manifestação, é importantíssimo contra a corrupção e contra todos aqueles que se levantam e não querem ser submetidos aos inquéritos que a Promotoria, independentemente, instaura.

Portanto, a Câmara de Porto Alegre está de parabéns, porque, por sua maioria – e respeitando a minoria que não votou, e isso concretiza a força da democracia, ou seja, a maioria decide e a minoria acompanha – esmagadora, apoiou. E repito, para encerrar, foi a única Câmara no Brasil que se manifestou forte em repúdio à PEC 37. E, agora, com a força popular, ninguém mais vai pensar em aprovar esse retrocesso do Brasil, que seria a aprovação dessa Proposta de Emenda Constitucional. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Obrigado, Ver. Nereu D'Avila.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente; boa tarde, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste; Presidente, eu não vou me prolongar muito, porque eu sei das dificuldades que estamos tendo aqui. Eu quero dizer que, hoje, não só a raça negra, mas o mundo tem que fazer um silêncio muito grande por um grande ídolo, para mim, e um grande líder no mundo, que se chama Nelson Mandela, que lutou, que ficou preso muitos e muitos anos da sua vida e voltou sem maldade no coração, Presidente Bernardino, só amor, só bondade. Eu acho que não só os negros, todos nós, o mundo deve fazer silêncio, hoje, porque o nosso grande líder está naquela fase que todos nós sabemos, e que, daqui a pouco, podemos receber a notícia de que esse grande líder se foi.

Então, eu quero deixar bem claro que possamos refletir bem no que foi esse líder Nelson Mandela. Ele, sim, lutou por uma causa com o coração e amor. Portanto, não guardou rancor, não teve maldade no coração, só amor! E essa luta me dá uma alegria, mas, lá, no fundo, uma tristeza muito grande; será que os grandes líderes do nosso País, não poderiam seguir esse exemplo? Dar essa demonstração para o mundo, para o nosso povo, principalmente, àquele povo mais carente, e foi isso o que o Nelson Mandela fez! Sofreu muitos anos por esse povo, Johannesburg, África, Mãe África! É o mundo, e se o mundo não aprendeu com essa grande liderança, pelo amor de Deus, eu não sei, só se Jesus descer aqui! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu falo pela Liderança do PMDB e na condição de Presidente do Diretório Municipal do meu Partido em Porto Alegre; companheira Ver.^a Lourdes Sprenger, senhoras e senhores. Na escola em que labuto se ensina a construir e não destruir, erguer templos às virtudes é o lema. Sou um jovem ainda, embora já nem tanto, mas sou a primeira geração do Brasil democrático. Permitam-me falar na primeira pessoa para expressar uma posição que, tenho certeza, é do meu Partido.

Fui forjado na boa luta, na boa causa. Eu estava em frente à Prefeitura Municipal, em 1984, no grande comício das Diretas Já. Em 1992, estava no Largo Glênio Peres, entre milhares de caras pintadas. Derrubamos uma ditadura e um presidente da República sem jogar uma pedra, sem quebrar uma parada de ônibus ou uma lixeira – que são de todos nós! – sem destruir um comércio, este que, talvez, represente a história de luta da vida de alguém – ou o emprego de outros tantos.

Celebro o fato de a cidadania indignar-se, a perspectiva de que a partir disso as pessoas tornem-se construtoras de um Brasil melhor.

Também eu desejo um Brasil melhor, com justiça social, segurança para se viver em paz, menos impostos e menos burocracia, crescimento sustentável, respeito ao consumidor, retorno ao contribuinte daquilo que paga, estímulo para empreender, saúde, planejamento

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Sessão Extraordinária 24JUN2013

familiar, etc, etc, etc. São tantas e tantas as agendas e as justas reivindicações do povo brasileiro. Nessa perspectiva, nós não vemos luz, nem em regimes totalitários, nem em demagogias imediatistas. Também não vemos sentido em estimular ódios sociais e rancores que deem margem a tentativas de construções, de experiências derrotadas pela história da humanidade, em especial em ideologias do século XX. Também não vemos que é só a política que deve mudar. O Judiciário deve – e muito! –, os nossos empresários devem, o nosso povo também deve, as nossas corporações, os nossos sindicatos, a nossa sociedade, todos têm muito a melhorar. Daí que cada um deve aproveitar este momento, Sr. Presidente, para olhar para dentro de si, tentar encontrar formas de sair desta crise melhor do que quando nela entramos. É para isso que servem as crises. Espero, enfim, e com fé, que da indignação cidadã nasça a luz que ilumine as consciências de cada brasileiro.

Lembro, por fim, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, que o dedo que tecla a urna é mais poderoso que a mão que joga a pedra; que a cabeça que pensa é mais forte que a boca que apenas grita.

Quero concluir, Sr. Presidente, reproduzindo algo que tem se visto pelas ruas, nos cartazes, nessa indignação cidadã, e, daqui, ecoar o que grande parcela das pessoas tem dito: não é pelos 20 centavos; é por empresários maus-caracteres, por políticos corruptos, por servidores desleixados, por corporações sugadoras, por ordem, por um novo Brasil, por progresso! É por políticos austeros, por servidores a serviço da sociedade e por um Estado que, de fato, dê a contrapartida ao cidadão.

É isso o que nós esperamos e é daí que nós desejamos que o Brasil saia fortalecido, a partir dessa crise cidadã, deste momento de reflexão que todos nós estamos vivenciando. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): A Ver.^a Sofia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Muito obrigada, Ver. Bernardino. Nós estamos encerrando o tempo, e em nome da oposição, quero falar dessa conjuntura também. Nós entendemos que está surpreendendo a todos, e não temos ideia do volume e da extensão da

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Sessão Extraordinária 24JUN2013

manifestação que o Brasil vive, no entanto quero fazer aqui a reflexão sobre a responsabilidade das instituições, em nome da oposição, Ver. Sgarbossa, Ver.^a Fernanda e Ver. Kopittke, que agora estão aqui, as instituições que são hoje as guardiãs do contrato social brasileiro estão em xeque, entre elas nós, Vereadores, os Parlamentos municipais todos, os Parlamentos estaduais e federais e o Congresso Nacional. É assustador que o Congresso Nacional esteja em silêncio diante de 60 mil, 100 mil pessoas, as cidades pequenas do País inteiro, a sociedade se mobilizando, e nós temos clareza que o tema central é o questionamento do sistema político, é o questionamento da representação política brasileira que não responde à ansiedade do povo brasileiro. O povo está experimentando democracia, está apostando na democracia, e o povo está dizendo em brado, em presença na rua, uma presença surpreendente, pela insistência, pela permanência, pelo fôlego, que não aceita decisões que não escutem a voz do povo.

Está aí o debate da PEC 37, o povo está dizendo “nós não concordamos”, mesmo não entendendo bem direito, mas eles entendem que um órgão vai perder o poder de fiscalização, e não querem. Isso no fundo diz para nós que o povo brasileiro quer representantes ficha limpa, que o povo brasileiro quer votações transparentes, que o povo brasileiro quer decisões que o respeitem, portanto não concorda com a opressão de opção sexual, e hoje preside a Comissão de Direitos Humanos no Congresso um pastor que entende que é errado, que é doente ser gay. Isso não é a construção ética que o Brasil escreveu na Constituição Brasileira, Ver. Kopittke, isso não é nem legal nem regimental, que um representante eleito continue pregando e exigindo votações. Isso revolta o povo brasileiro, revolta e traz descrédito à representação política feita através desse sistema. O Estatuto do Nascituro é outra violência, agora contra a mulher. Se a mulher, hoje, tem, legalmente, o direito ao aborto, quando é estuprada, o Estatuto está dizendo que ela não terá mais. Ela terá de gerar e criar um filho fruto da violência, da humilhação, da ruptura da sua dignidade. Como o Congresso Nacional vota algo desse gênero? Como pratica essa violência contra a mulher, recuando em políticas públicas, como é o caso do feto diagnosticado como anencéfalo que ela também terá de gerar, mas sem vida. Então, como que o Congresso faz essas votações? E o sistema brasileiro mostra que há corrupção em cada ponto, como nas obras, e aí, no contexto de uma Copa do Mundo, onde há muitas obras aceleradas, caríssimas e com sobrepreço, e violentas. Hoje estava aqui o “Chave por Chave” dizendo isso, tem obras na Vila Tronco e não há,

pág. 20

ainda, uma moradia construída. Então, é essa a revolta do povo brasileiro que está nas ruas. Eu não vou considerar os de direitas, os anarquistas e os bandidos infiltrados e os quebra-quebra; eu vou considerar a voz do povo brasileiro. E a responsabilidades das instituições?

A Presidente Dilma chamou hoje governadores e prefeitos e, daqui a pouco, estará se reunindo com eles. Nós esperamos que dali saia uma firme decisão, que o Congresso chame uma constituinte exclusiva, que o Congresso escute a CNBB e o Movimento Ficha Limpa que querem reformulação do Sistema Político Brasileiro. Espero que dali saia um pacto pelo SUS, pelo Sistema Único de Saúde que hoje é o grande nó, a grande dor da população. Espero que dali também saia os 100% dos royalties do petróleo para a Educação. O Brasil precisa avançar, escutando a voz das ruas. E sobre o transporte público nós já fizemos um pouco do debate hoje. O povo quer qualidade, tarifa justa e acesso dos estudantes à escola. Vamos ouvir e melhorar as instituições e o Brasil.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h30min.)